

## **PROJETO DE LEI n.º 60/2000-L**

Autor: MESA DIRETORA

**Dispõe sobre o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito, para o período 2001/2004 e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal, cumprindo o disposto no art. 29, V, da Constituição Federal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1 - O Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito perceberão subsídios nos termos desta Lei, observados os dispositivos da legislação federal – Constituição Federal e Lei Complementar 101/2000.

Art. 2 - O Prefeito Municipal perceberá, mensalmente, subsídio em parcela única, no Valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3 - O Vice-Prefeito perceberá, mensalmente, subsídio, observados os seguintes critérios:

- I – caso assuma responsabilidades permanentes, inclusive as correspondentes ao cargo de Secretário do Município, seu subsídio será de R\$2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais);
- II – não exercendo atividade permanente junto a administração, seu subsídio será de R\$1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único – A definição da assunção de responsabilidade permanente na administração, pelo Vice-Prefeito, será formalizada por Decreto.

Art. 4 - Os valores monetários mencionados na presente Lei serão reajustados nas mesmas datas e índices em que for procedida a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Art. 5 - Se o Vice-Prefeito assumir responsabilidades permanentes, fará jus ao gozo de férias, cujo subsídio será acrescido de um terço.

Art. 6 - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Projeto de Lei n.º. 60/2000-L – 2

Art. 7 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.-

AGUDO,....

Prefeito Municipal

.....

Agudo, 08 de setembro de 2000.

Ver. Vilson Dias  
Vice-Presidente

Ver. Nico Stefenon  
Presidente

Ver. Léo Annuniação  
Secretário

**JUSTIFICATIVA**

*A Mesa Diretora, com este Projeto de Lei dá cumprimento ao novo ordenamento constitucional para a política de remuneração dos agentes políticos.*

*Alvo preferido da mídia, tem o agente político sido apontado com vilão toda vez que se procura um responsável pela dificuldade por que passa o Estado. Os membros eleitos dos Poderes Executivo e Legislativo, em todas as esferas, são responsabilizados por um sem número de dificuldades. Esta imagem, muito depreciativa, não é de todo descabida: muitos agentes investidos nestes postos maculam, de fato, os princípios que deveriam proteger. E, na esfera municipal muitos exageros tem sido cometidos, país afora.*

*Agudo, nesta ótica, não merece tal pecha. Historicamente são eleitos cidadãos briosos da confiança recebida dos munícipes. Mais ou menos competentes, porém, honestos.*

*O Legislador Federal, na esteira da reforma estrutural do Estado, alterou radicalmente o dispositivo definidor da competência para fixação do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal. Retirou a exclusividade da Câmara – via Projeto de Decreto Legislativo, fazendo dele participar o Prefeito Municipal, com poder de veto – é agora via Projeto de Lei. Também inovou a composição do subsídio. Até a presente legislatura o subsídio é dividido entre parte fixa e parte variável. Na nova concepção a parcela é única (Art. 39, § 4º, CF). Diante deste mandamento legal, desaparece a Verba de Representação.*

*O quantum do subsídio decorre de cuidadosa avaliação da realidade financeira do Município, e do bom sendo que deve pautar o tema.*

*Todavia, Senhoras e Senhores Vereadores, a matéria está aberta ao salutar debate, e é, por natureza, possível de ser emendada.*

*Agudo, 08 de setembro de 2000.-*

*Ver. Nico Stefenon  
Presidente*